

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº _____, de 2020

(Da bancada do PSOL)

*Solicita ao Ministro de Estado da Educação, Sr. **Milton Ribeiro**, informações acerca da gestão do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim).*

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, com base no art. 50, § 2º da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvida a Mesa, seja encaminhado ao Ministro de Estado da Educação, Sr. Milton Ribeiro, requerimento de informação com o seguinte teor:

- 1) Qual o montante de recursos repassados pelo MEC, desde janeiro de 2019, no âmbito do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim), ao Ministério da Defesa e prefeituras municipais? Anexar à resposta cópia de atas, e-mails e demais documentos comprobatórios.
- 2) Quais foram as contrapartidas realizadas, até o momento, pelas prefeituras beneficiadas com repasses de recursos? Anexar à resposta cópia de atas, e-mails e demais documentos comprobatórios.
- 3) Qual o procedimento padrão para adesão ao referido Programa? Todas as contratações de militares, policiais ou bombeiros realizadas no âmbito do Pecim foram precedidas por assinatura de termo de adesão ao Programa? Anexar à resposta cópia de atas, e-mails e demais documentos comprobatórios.
- 4) Qual a proposta de dotação orçamentária para o Pecim a ser incluída no PLOA 2021? O que a justifica? Anexar à resposta cópia de documentos comprobatórios.

- 5) O MEC possui algum estudo ou avaliação sobre o impacto da militarização das escolas na qualidade do ensino público? Que benefícios, no tocante à qualidade do ensino público, foram auferidos por meio da expansão do número de escolas geridas pelas polícias militares, nos últimos 5 (cinco) anos? Anexar à resposta cópia de documentos comprobatórios.

JUSTIFICATIVA

A educação brasileira – uma das áreas mais conturbadas da gestão de Jair Bolsonaro - tem sido impactada negativamente, entre outros fatores, pelo nível muito baixo de execução das ações relacionadas ao MEC. Em virtual paralisia, o Ministério simplesmente não tem gasto uma parcela considerável dos recursos que lhe foram assegurados no Orçamento de 2020, restringindo consideravelmente as despesas discricionárias. Isto, num quadro em que o orçamento público vem sofrendo forte compressão desde 2016. A função Educação tem, no orçamento de 2020, 77% do que tinha em 2015, com dados corrigidos pelo IPCA a preços de maio de 2020. Diversas subfunções orçamentárias tem sido penalizadas por compressão orçamentária - na subfunção “Educação Infantil”, por exemplo, os recursos totais destinados em 2020 correspondem a 2% do valor destinado em 2014 -, além de baixa execução.

Nesse cenário inquietante, causam apreensão informações veiculadas na imprensa, dando conta de que a proposta de Lei Orçamentária ser enviada neste ano ao Congresso prevê cortes no Orçamento da Educação que poderão inviabilizar programas de fundamental importância.

Causa espécie, ademais, a informação de que o MEC pretende dobrar, em 2021, seu dispêndio com as escolas cívico-militares, o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares – PECIM, além de solicitar cortes no próprio orçamento para possibilitar maiores dispêndios por parte do Ministério da Defesa, responsável pelo

pagamento de militares inativos que irão atuar nessas escolas – inclusive na gestão educacional, como se pedagogos fossem.¹

A militarização do ensino público tem se propagado (de 2013 a 2018, o número de escolas estaduais geridas pelas polícias militares cresceu 212%), sem que se conheçam evidências do seu impacto na qualidade do ensino público, ou que se explique, seja a pertinência, seja a legalidade de empregar militares da ativa ou da reserva, ou das forças auxiliares dos estados e do Distrito Federal, no desempenho de funções de gestão educacional estranhas à sua área de formação e atuação. Eis porque a expansão das escolas cívico-militares (que não se confundem com escolas militares) tem sido, e decerto seguirão sendo, objeto de questionamentos por parte de educadores e do Poder Judiciário, em diversas unidades da federação.

Pelo exposto, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste Requerimento.

Salas das Sessões, em de agosto de 2020.

Sâmia Bomfim
Líder do PSOL

¹ Vide: <https://oglobo.globo.com/brasil/mec-quer-abrir-mao-de-55-milhoes-para-militares-24593753> (acesso em 31/08/2020)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Liderança do Partido Socialismo e Liberdade

Edmilson Rodrigues

PSOL/PA

Marcelo Freixo

PSOL/RJ

Fernanda Melchionna

PSOL/SP

Áurea Carolina

PSOL/MG

David Miranda

PSOL/RJ

Glauber Braga

PSOL/RJ

Ivan Valente

PSOL/SP

Luiza Erundina

PSOL/SP

Talíria Petrone

PSOL/RJ

